



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vice - Presidente

PROPOSTA N.º 389/2019

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a transferência, em 2019, para os órgãos do Município de Lisboa, assim como o acordo prévio do Município de Lisboa, enquanto membro da Área Metropolitana de Lisboa, para assunção também em 2019 por parte daquela Área Metropolitana, das competências previstas no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no domínio da Educação, e no Decreto-lei n.º 58/2019, de 30 de abril, no domínio do Transporte em Vias Navegáveis Interiores

Considerando que:

- I. O XXI Governo Constitucional reconhece que as Autarquias Locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, pretendendo reforçar as competências dos Municípios e entidades intermunicipais, numa lógica de descentralização e de subsidiariedade, tendo consagrado no respetivo Programa do Governo o alargamento da sua participação nos diversos domínios de atuação do Estado;
- II. Através da Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram estabelecidos os princípios gerais da transferência de competências para os Municípios, Freguesias e Entidades Intermunicipais;
- III. As novas competências, concretizadas através de diplomas de âmbito setorial, irão reforçar e aprofundar a autonomia local, respeitando os princípios da subsidiariedade e da descentralização administrativa como base da reforma do Estado e cumprindo, assim, o Programa do XXI Governo Constitucional;
- IV. Entretanto, foi publicado o Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências no domínio da educação para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, procedendo ao reforço das áreas anteriormente descentralizadas para os municípios, para além de lhes conferir novas competências, e definindo, ainda, as competências das autarquias locais e entidades intermunicipais nas vertentes de planeamento, investimento e gestão dos recursos humanos, financeiros e património a transferir para cada município;
- V. Prevê-se a constituição de uma Comissão técnica de desenvolvimento (cf. artigo 65.º) à qual compete, designadamente, definir e propor fórmulas de financiamento



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
Gabinete do Vice - Presidente

- para despesas com equipamento, conservação e manutenção de edifícios e de residências escolares bem como o transporte escolar;
- VI. Está também prevista a formação de comissões municipais de acompanhamento, que será presidida pelo presidente da Câmara Municipal, contando com elementos do Ministério da Educação e que será extinta após a elaboração e publicação de relatório sobre o balanço anual do desenvolvimento e da evolução das competências transferidas referente ao ano de 2021 (cf. artigo 66.º);
- VII. Mantêm-se como competências do departamento governamental da área da educação a definição da rede educativa, em articulação com os municípios, as entidades intermunicipais e os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, bem como a decisão sobre a contratualização ou cedência da criação e gestão de oferta pública da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário a entidades de natureza privada, cooperativa, solidária ou afim;
- VIII. O novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação concretiza um modelo de administração e gestão do sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação, a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento das ofertas educativas e formativas e na afetação dos recursos públicos no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais;
- IX. Por sua vez, foi também publicado o Decreto-lei n.º 58/2019, de 30 de abril, que transfere para os órgãos municipais e para os órgãos das comunidades intermunicipais e das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto competências nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores;
- X. Este diploma visa alargar as competências dos municípios, das comunidades intermunicipais e das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, já previstas no Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) constante da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, no que ao Município de Lisboa diz respeito, às áreas de jurisdição da Docapesca – Portos e Lotas, S.A.;
- XI. Com efeito, é da competência dos municípios, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da aludida Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o transporte turístico de passageiros, bem como o serviço público de transporte de passageiros regular, ambos em vias navegáveis interiores, e sempre que se revele necessário, os municípios e as entidades intermunicipais ficam habilitados, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, a aprovar a regulamentação sobre os efeitos da atividade de transporte turístico em vias navegáveis interiores;
- XII. As competências ora transferidas incluem os serviços públicos de transporte de passageiros regular, ainda que exercidos em áreas sob a jurisdição de qualquer administração ou autoridade marítima e portuária, designadamente quando



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vice - Presidente

integrados numa rede de transporte público de passageiros urbana, suburbana ou regional;

- XIII.** A transferência das competências relativas ao serviço regular de transporte de passageiros assegurado ao abrigo de uma concessão detida pelo Estado ou por entidade do setor empresarial do Estado depende, nos termos conjugados do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, e, bem assim, na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RJSPTP, de processo negocial específico desencadeado por iniciativa do concedente ou da entidade local territorialmente competente;
- XIV.** São igualmente transferidas competências em matéria de transportes turísticos locais entre municípios limítrofes ou no âmbito da mesma comunidade intermunicipal ou área metropolitana, excluindo-se o transporte turístico local que abranja mais do que uma comunidade intermunicipal;
- XV.** Em matéria de recursos humanos e financeiros, estabelece-se no artigo 5.º do aludido Decreto-lei n.º 58/2019, que os trabalhadores que estejam afetos a atribuições e ao exercício de competências transferidas podem vir a exercer funções nos municípios, mediante acordo de cedência de interesse público, e que o financiamento dos custos associados a esta transferência de competências será efetuado através do Fundo para o Serviço Público de Transportes a que se reporta o artigo 12.º do RJSPTP, no âmbito das suas finalidades de apoio ao funcionamento e capacitação das autoridades de transportes;
- XVI.** Assim, esta nova transferência de competências não coloca em causa a natureza pública das políticas e assegura a universalidade do serviço público, estando o Município de Lisboa em condições de assumir, de forma cabal, as competências previstas nos Decretos-leis setoriais suprarreferidos.

Tenho a honra de propor, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, do n.º 2 do artigo 30.º e do artigo 42.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, dos Decretos-leis de âmbito setorial acima identificados e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1. Submeter à Assembleia Municipal a transferência para os órgãos do Município de Lisboa, em 2019, das competências nos domínios da educação e do transporte de passageiros em vias navegáveis interiores, previstas, respetivamente, no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e no Decreto-lei n.º 58/2019, de 30 de abril, nos termos que se encontram definidos nestes diplomas legais.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
Gabinete do Vice - Presidente

2. Submeter à Assembleia Municipal o acordo prévio do Município de Lisboa ao exercício pelos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa, no ano de 2019, das competências previstas nos Decretos-leis setoriais referidos no número anterior, nos termos em que se encontram definidos naqueles diplomas legais.

Paços do Concelho, em 25 de junho de 2019

O Vice-Presidente

João Paulo Saraiva

PROPOSTA N.º 389/2019 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A TRANSFERÊNCIA EM 2019, PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, ASSIM COMO O ACORDO PRÉVIO DO MUNICÍPIO DE LISBOA, ENQUANTO MEMBRO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, PARA ASSUNÇÃO EM 2019, POR PARTE DAQUELA ÁREA METROPOLITANA, DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NOS DECRETOS-LEIS SETORIAIS N.º 21/2019, NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, E N.º 58/2019, NO DOMÍNIO DO TRANSPORTE EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA Nº 389-A/2019 - APROVAR A PROPOSTA ALTERNATIVA À PROPOSTA N.º 389/2019 – “APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A TRANSFERÊNCIA EM 2019, PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, ASSIM COMO O ACORDO PRÉVIO DO MUNICÍPIO DE LISBOA, ENQUANTO MEMBRO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, PARA ASSUNÇÃO EM 2019, POR PARTE DAQUELA ÁREA METROPOLITANA, DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NOS DECRETOS-LEIS SETORIAIS N.º 21/2019, NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, E N.º 58/2019, NO DOMÍNIO DO TRANSPORTE EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES”, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 390/2019 - DELIBERAR REJEITAR A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA, EM 2019 E 2020, DEFINIDAS NOS DECRETOS-LEIS SETORIAIS, NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE, PARA SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA E COMUNICAÇÃO À DIREÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Vamos agora para os Pontos 4 e 5 com o debate em conjunto, não sei quem quer usar da palavra.

O Sr. Vereador Jorge Alves: - Acrescentar talvez a proposta alternativa do PCP.

O Sr. Presidente: - E a proposta alternativa do PCP, exactamente. Muito bem, Vereador João Pedro Costa.

O Sr. Vereador João Pedro Costa: - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Enfim, esta matéria e as posições que aqui são assumidas, quero pelo Senhor, do Partido Socialista, a partir da proposta do Sr. Vereador João Paulo Saraiva; quer pelo Partido Comunista e o Bloco de Esquerda, não são surpresa para ninguém nesta sala, o que nos parece é que há aqui um problema de legitimidade política após aprovação, que terá o apoio do PSD com o seu ímpeto descentralizador, da proposta subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva, que é o seguinte, é que a educação é uma competência do Sr. Vereador Manuel Grilo.

O Sr. Vereador Manuel Grilo trás uma proposta que é diametralmente oposta da que o Partido Socialista apresenta e tem o apoio do PSD, e portanto, há uma percepção centralizadora no Bloco de Esquerda, há uma percepção de descentralização no Partido Socialista e Independentes, nunca sei se diga Independentes, se não diga, mas enfim, mas há sempre esse prurido e no PSD.

Ora, a minha pergunta é muito simples. Quando for aprovada a Proposta 389/2019, quem é que vai representar o Município nas negociações com a Administração Central em nome desta Câmara, para concretizar a Delegação de Competências na Área da Educação? Vai ser o Sr. Vereador da Área da Educação, que não concorda com a Delegação de Competências, que vai negociar vai ser esta competência avocada pelo Sr. Presidente, para poder negociar de acordo com os seus princípios? Achamos estranho que o Bloco de Esquerda vote contra, apresente uma proposta alternativa, e no dia seguinte esteja a negociar em nome da Câmara algo com que não concorda, e portanto, eu gostava também de saber qual a opinião do Sr. Vereador Manuel Grilo sobre esta matéria. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Oh Sr. Presidente, eu acho que todos conhecem aquele programa de *Euronews*, que é, tem um, aquilo não é um programa, é uns apontamentos, que é o "*no comments*", esta é uma daquelas situações, é o "*no comments*", porque é tão caricato, que é mesmo o "*no comments*".

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Manuel Grilo.

O Sr. Vereador Manuel Grilo: - Então vamos lá fazer o comentário. É verdade, porque este processo de descentralização de competências, e em particular na

Área da Educação, decorre, de facto, de um entendimento entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, e portanto, percebemos bem o conforto do Sr. Vereador João Pedro Costa.

No entanto, convém esclarecer que este processo de Descentralização não está a correr assim tão bem, tendo em atenção que mais de 60 autarquias já assumiram rejeitar a descentralização no corrente ano, entre as quais algumas das maiores câmaras municipais do País, Porto, Coimbra, e Coimbra ésó a autarquia liderada...

O Sr. Presidente: - Desculpe, Sr. Vereador, só interrompê-lo, Coimbra é mesmo *"no comments"*, isso é que se aplicar agora.

O Sr. Vereador Manuel Grilo: - É essa que é mesmo caricata, exactamente...

O Sr. Presidente: - Sim porque aí o Partido Socialista, ao que sei, o Partido Socialista votou contra.

O Sr. Vereador Manuel Grilo: - Sendo que o Presidente é o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que este a negociar esta Processo de Descentralização, e portanto, se queremos os *"no comments"*, há *"no comments"* por todos os lados.

De qualquer forma, eu gostaria de assinalar aqui que há aqui uma transferência de responsabilidades sobre um conjunto de escolas, que reconhecidamente são das mais degradadas do País, são Escolas Básicas de 2.º e 3.º Ciclo da cidade de Lisboa, com excepção daquelas que são da responsabilidade e que permanecerão, da responsabilidade da Parque Escolar, são 21, e portanto haverá uma responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, são 32 Escolas Básicas 2/3 e Secundárias, que não tiveram intervenção da Parque Escolar e que esta é uma enorme responsabilidade fica do lado a Câmara Municipal, e parece-me, portanto uma, não sei se será irresponsabilidade, mas é seguramente não ter aqui o princípio da precaução, aceitar neste momento a Descentralização de Competências no domínio da Educação e especificamente no domínio da Educação.

É conhecida a oposição do Bloco, é uma posição de princípio relativamente a este Processo de Descentralização, desde logo, porque a Educação deve em nosso entender, do Bloco de Esquerda, não deve estar dependente da vontade e dos meios de cada Município, mas de um sistema, deve ser o sistema coeso, garantindo a equidade entre escolas, independentemente da sua localização, e

isto, portanto, significa também uma desoneração do Estado Central do investimento e de manutenção das Escolas, em detrimento daquilo que será a responsabilidade das câmaras municipais, acresce que em relação a este processo, são mapeadas pelo Ministério da Educação 17 das 32 Escolas como 100 intervenção prioritária, portanto, sobre as quais não recairá a responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa na sua requalificação, reconstrução ou reequipamento, restam as outras Escolas além destas 17, e destas 32, nós entendemos que além das 17, haverá mais 12 que necessitariam de estar incluída neste mapeamento, para haver aqui alguma certeza relativamente às necessidades de investimento em requalificação das Escolas, há de facto 3 escolas da cidade de Lisboa que apesar de tudo estão razoavelmente mantida, estão razoavelmente, têm um edificado razoável e que portanto ficariam de fora, portanto, das 17, nós consideramos que haveria necessidade de estarem mapeadas 29 e não as...

No entanto, resta aqui dizer com toda a clareza, votadas as propostas e após a votação das propostas, o Bloco de Esquerda assume naturalmente todas as suas responsabilidades, como a partir de 2021, muito seguramente, a manter-se o actual quadro, todas as Autarquias do País terão que assumir as suas responsabilidades, todas, independentemente do partido político tenham à frente da Câmara Municipal de Lisboa, e portanto, é natural que haja posições de princípio, que elas sejam afirmadas câmara a câmara, mas depois de votarmos, evidentemente que assumiremos as nossas responsabilidades em pleno e assumi-las-emos com o máximo de exigência, com o máximo de rigor. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Vereador Jorge Alves.

O Sr. Vereador Jorge Alves: - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente a estas Delegações que agora aqui nos são propostas, o PCP mantém e reitera a sua oposição à forma como está a decorrer o Processo de Transferência de Competências, não somos contra a Transferência de Competências, mas somos frontalmente contra a forma como ela se está a desenvolver, desenquadrada da criação nas áreas metropolitanas, desenquadrada do novo processo de regionalização e impossibilitando que problemas de âmbito nacional tenham soluções de âmbito nacional.

Temos vindo a abordar e a debater esta matéria, em sede de debate das outras Transferências que já aqui foram também aprovados pela Câmara, não podemos deixar de reiterar a questão de que mais de metade das Câmaras do

País, neste momento rejeitaram estas Transferências, e naturalmente que gostaríamos que a Câmara de Lisboa acompanhasse a posição de outros municípios que têm estado a rejeitar estas Competências.

Importa contudo no que diz respeito à Área da Educação, particularizar e analisar aquilo que podem ser as consequências, não só pela proposta do Bloco de Esquerda que está a ser apreciada e votada aqui em conjunto, mas também pelo debate que temos assistido nas diversas Reuniões Descentralizadas, em que são sistemáticos e recorrente os problemas que nos são colocados, nomeadamente pelos pais, relativamente às escolas do 1.º Ciclo e Jardim-de-infância, cujas obras são adiadas, cujas obras ficam paradas, cujas obras ficam eternamente por concluir e que tantos transtornos causam, é caso para dizer, que se isto se passa face hoje às escolas do 1.º Ciclo e de Jardim-de-infância, mantendo-se a mesma capacidade operacional de resposta, este é um problema que naturalmente se vai agravar e muito, com as novas Competências que a Autarquia se prepara para assumir.

Mas vale a pena ainda, e a propósito da questão da Delegação de Competências, da Transferência de Competências da Educação, referir algumas matérias que ficámos agora a saber que existem, mas não sabemos em rigor quais são, diz na Proposta do Bloco Esquerda, nomeadamente nas alíneas F) e G), que existem negociações e que existem documentos e informações da Secretaria de Estado, mas também da Câmara Municipal de Lisboa, chegando mesmo a referir o número do ofício em concreto, que identifica valores apurados, mas que esta Câmara não conhece, pelo menos, diga-se, o PCP não conhece, não sei se os restantes Vereadores conhecem, mas nós não conhecemos de que valores é que estamos a falar, não conhecemos que situações são estas que estão aqui identificadas e seria importante conhecê-las.

E a propósito desta matéria, porque ela naturalmente nos aponta para uma outra questão, que é, percebemos que poderão estar a ser negociados, no âmbito das Transferências já aqui aprovadas, diversas outras matérias, financiamentos, transferências, relativamente às transferências em curso, em áreas muito diversas, e portanto, o PCP irá apresentar muito brevemente Requerimento, no sentido de nos ser facultado toda a informação de todos os processos de negociação, no contexto deste conjunto de Transferências. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Sr. Vice-presidente João Paulo Saraiva.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Então muito sucintamente, o tema é de facto muito interessante de ser abordado, porque uma parte dele é transporte directo da discussão da Assembleia da República, sem olhar para o caso em concreto da situação da cidade de Lisboa e da situação do Município de Lisboa, em particular.

Do que estamos a falar, é a da transferência para o Município de um conjunto de Escolas, um conjunto alargado de Escolas, que são, que ascende a 79, das quais, 21 ficam na responsabilidade da gestão das intervenções de fundo, da Parque Escolar, e portanto, estão nos instrumentos de gestão da Parque Escolar, sem prejuízo da nossa gestão do dia-a-dia, que passa para nós, mas a propriedade da Escola e as intervenções e os investimentos de fundo na sua modernização são da Parque escolar.

Depois há as 32, das quais fazendo uma precisão ao que disse o Vereador Manuel Grilo, porque ontem mesmo foi distribuído e fizemos chegar também ao Gabinete do Vereador Manuel Grilo, em face das questões que nós colocámos ao Ministério da Educação, há mais 9 escolas que foram consideradas prioritárias, e portanto, em vez das 17 que referiu há pouco, passam a 26, o que fica apenas de todo o universo das 32 escolas que passam para o Município de Lisboa, e passam para a posse e propriedade do Município de Lisboa, só 6 é que não são consideradas prioritárias para investimento de modernização, que no fundo é o reconhecimento do trabalho em conjunto que temos feito no Município de Lisboa e que é coordenado pelo Vereador Manuel Grilo e pela sua equipa, mas que assenta, como é evidente, na estrutura da Câmara, como não podia deixar de ser, aliás, deixar uma nota que na próxima reunião traremos a esta reunião, na próxima reunião, havendo aqui necessidade do tempo de apresentação das propostas, traremos uma Proposta de Alteração da Orgânica do Município, para que possamos acomodar com maior tranquilidade toda esta transferência de competências.

Dizer também, que são 35 milhões de euros de transferência para o Município, eles correspondem, estimados, porque como também sabem, no processo de Execução Orçamental da Área da Educação há muitas das matérias que só se conseguem precisar no início de cada ano, em função da variação do número de estudantes e das suas especificidades, mas também dizer-vos, que é com grande tranquilidade e com grande responsabilidade, que o Município de Lisboa se propõe receber estas Competências.

Estas Competências que mantêm e ao contrário do que tem sido dito numa abordagem mais nacional, a igualdade no tratamento das Escolas e das diferentes áreas escolares do País, na cidade de Lisboa, como no resto do

País, tem uma vantagem conhecida por todos já em muitas das escolas que são geridas pelo município, que são as abordagens de proximidade.

E dizer-vos também, que é expectável que aquilo que é hoje a relação entre o Município de Lisboa e as Juntas de Freguesia de Lisboa, nas suas competências repartidas da Educação, também venham a ser esta tensão saudável que decorre da própria autonomia e das competências próprias de cada uma das Autarquias, também venha a existir entre o Ministério da Educação, qualquer um que ele seja e o Município de Lisboa, fazendo com que grande parte daquilo que são as intervenções que são necessárias no edificado, como referiu o Vereador Manuel Grilo, e muitas outras questões de natureza da gestão do dia-a-dia, possam ser melhoradas nessa mesma tensão, o que diriam as Juntas de Freguesia, se tivessem os medos que alguns têm vindo a explicitar, quando nós lhes passámos as Escolas e as circunstâncias em que passámos com uma parte significativa daquilo que são as soluções futuras do lado do município, que foi o nosso caso e no caso que está aqui presente de transferência de competências do lado do Governo dos poderes nacionais. Agora, há uma coisa que para mim é muito clara sobre este assunto e para terminar, é que nós estamos em muito melhores condições do que a Direção geral de Educação ou qualquer um dos Órgãos do Ministério da Educação, para fazer esta gestão de proximidade e apoiar esta gestão de proximidade das escolas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente:- Muito obrigado. Vereador João Pedro Costa.

O Sr. Vereador João Pedro Costa:- Muito obrigado Sr. Presidente. É evidente o sentido de voto do PSD, votará favoravelmente a Proposta apresentada pelo Sr. Vice-Presidente e votará contra as Proposta do PCP e do Bloco.

Ficamos a saber que esta matéria para o Bloco é uma questão de princípio e portanto, por princípio está contra, mas no dia seguinte, o princípio fica de lado e vai negociar em nome do executivo contra os seus princípios, embora no final quem tem dados novos para ajudar é o Sr. Vice-Presidente, não é o Sr. Vereador com o pelouro. E portanto, continuamos baralhados mas cá estaremos à espera do que vier como resultado da negociação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente:- Sr. Vereador Manuel Grilo.

O Sr. Vereador Manuel Grilo:- Eu só não vou comentar esta intervenção do Sr. Vereador João Pedro Costa, parece-me absolutamente risível mas, indicar

de qualquer forma que há aqui um aspeto extremamente importante. A transferência de competências não vai com o estudo e com o estudo razoável, sequer do estado do edificado das escolas básicas do 2º e 3º ciclo. E, isso significa que aprovarmos a proposta apresentada pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva, significará necessariamente a necessidade de realizar um estudo aprofundado do que acontece hoje com as Escolas Básicas do 2º e do 3º ciclo. Outro aspeto, tem a ver com os valores a transferir para a autarquia. Há um valor que, de facto, é explícito que são os 20.000 Euros para a manutenção de cada uma das escolas, o que significa 640.000 Euros que serão transferidos para a manutenção regular das escolas. E, portanto, significa para a maior parte das escolas, um benefício, tendo em atenção que a média do país está neste momento nos 8.000 euros relativamente ao ano anterior, significando uma melhoria, mas é claramente insuficiente para um salto de qualidade relativamente à qualidade do trabalho nas escolas.

E há, em relação a um conjunto enorme de valores, haverá esta tensão negocial, seguramente, mas creio que faltariam aqui valores avançados pelo Ministério de Educação que nós não conhecemos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente:- Srs. Vereadores, gostava de vos deixar só a seguinte nota, que não haja dúvidas sobre a grande dimensão que é o grande impacto do que hoje aqui estamos a decidir e a votar e do que é que isto significa. Isto significa, pelas contas mais recentes, a entrada para já nos quadros do município, de cerca de 2.000 trabalhadores. E de um conjunto muito significativo de escolas da cidade. Por isso, isto trata-se de uma competência com uma grande dimensão e com uma grande responsabilidade social. Estamos a tratar das matérias que vão desde o funcionamento e operação das escolas, ao seu equipamento, ao seu edificado, a preservação, manutenção do edificado, do equipamento e às refeições escolares. Estamos a tratar... não estamos na parte letiva, isso não esteve em causa neste pacote de descentralização, mas estamos a falar de um conjunto muito importante de competências e muito pesadas para um conjunto muito significativo de escolas. E, por isso, é bom... quer dizer, esta não é uma proposta que nós aprovemos todos os dias, não é? Esta é uma proposta muito pesada que vai marcar a vida do município, seguramente, de forma muito intensa nos próximos dez anos. E digo dez, só para me situar no que será necessariamente um plano de investimentos relativamente à requalificação de infraestruturas, que pela sua dimensão financeira também pela sua capacidade... pelas necessidades que vai colocar de execução, vai trazer.

É também uma mudança que vai implicar também uma adaptação da estrutura orgânica da Câmara. Isto não é uma competência pequena que possa ser deixada... que se faça dentro, não é? Nos interstícios do que é o nosso sistema atual, isto é uma competência nova, grande, que tem que para ser bem respondida, tem que ter uma estrutura institucional na Câmara adequada para isso. Agora, a dimensão e a complexidade nesta matéria não nos devem fazer vacilar. A minha opinião sobre a assunção da responsabilidade. Porque o problema de facto, real, é este, as escolas do 1º ciclo têm vindo a conhecer um processo de recuperação. Gostava que fosse mais rápido do que tem sido, mas desde a criação da escola nova, o conjunto muito significativo de escolas já conheceram intervenção e espero em breve, aliás, anunciar o fim, quer dizer, as últimas intervenções feitas ao abrigo da escola nova e o início de um programa mais pesado de manutenções, chamarei de meio de vida, mas daquelas manutenções mais pesadas que as várias escolas tem que ter e, por isso já não estamos no âmbito da grande construção nova, mas do que serão as remodelações mais de fundo que o parque mantém. Porque é natural que as tenhamos não é? Que, à medida que se constrói edificado depois de X em X anos, há um plano de manutenção e de intervenção que impede que as escolas cheguem ao estado a que muitas chegaram. Essa é uma algo que nós vamos apresentar, aliás, isso em breve. Nas do 1º ciclo a história que nos diz, é que nós fomos resolvendo estes problemas e os municípios por todo o país Norte estão resolvendo estes problemas.

Ao nível das escolas secundárias, é bom reconhecer o trabalho feito ao nível da Parque Escolar que reabilitou parte importante, aliás, das escolas secundárias também na cidade de Lisboa, pelo país e na cidade de Lisboa, por críticas que possam haver, acho que não põe de forma alguma em causa o importantíssimo trabalho que foi feito. Agora todos temos a consciência que conhecemos a realidade de que há aqui um setor que tem sofrido há muitas décadas um subinvestimento significativo. Muitas décadas, pelo menos há desde que o recorde desde os anos, desde meados dos anos 90, em que houve um programa específico sobre as EB 2,3. As EB 2, 3 têm sido no fundo, a parte escolas que mais têm sofrido com o não investimento na sua recuperação e na sua manutenção. Indiscutivelmente o sítio onde estes problemas são mais graves, são precisamente em Lisboa. Lisboa, área de Lisboa, porque nos últimos anos com as diminuições de verbas, que já vêm desde o ano 2000 relativamente às dimensões de PIDDAC, no resto do país, muito investimento foi sendo feita com o apoio dos fundos comunitários. E, é normal uma Câmara Municipal que tenha uma escola EB 2,3, ou uma

secundária como EB 2, 3, usa os seus fundos comunitários para reabilitação da sua escola, na cidade de Lisboa e no quadro da região de Lisboa, como não havia fundos comunitários disponíveis em dimensão, nem isto era da responsabilidade do município, as escolas, pela área metropolitana de Lisboa, foram sofrendo enormes dificuldades.

Por isso, aquela ideia que existe muito no país do pobre interior abandonado, que existe nalgumas dimensões, está ou convive com uma ideia que é que o centro litoral metropolitano com serviços públicos de baixa qualidade em matéria, com falta de investimento muito grande em infraestruturas. É claramente este caso onde estão as piores escolas do país, é precisamente na área de Lisboa. E quem quer que conheça o país, verá isto mesmo, porque tem a ver com esta realidade, diminuições de PIDDAC, fundos comunitários sempre disponíveis nas mesmas zonas, por critérios de rendimento que é o critério que é aplicado, e isto levou-nos à situação atual.

E por isso, é que eu acho que nós apesar das dificuldades que vamos ter, apesar da exigência que vamos ter, devemos aceitar estas competências com grande sentido de missão e também de possibilidade de resposta a uma necessidade central dos munícipes que nós antes não tínhamos instrumentos resposta. Vai ser muito exigente do ponto de vista organizativo, vai. Do ponto de vista institucional, do ponto de vista da nossa mobilização, do ponto de vista financeiro também, não tenho ilusões. O princípio da reforma é o princípio da neutralidade, o princípio também o da transferência das verbas de investimento, mas falemos com franqueza, creio que o município vai ter os seus graus de liberdade e de autonomia para poder acelerar ou intensificar ou até modificar as prioridades de investimento. Porque, se as prioridades fossem para ser concretizadas com o ritmo que a cidade considera necessárias, então não estava a haver sequer transferência de competências, porque ela tinha sido exercida e estava lá muito bem onde estava, não é o caso,

E por isso, é este o sentido que têm estas propostas. Queria só partilhar esta esta reflexão que tenho, é uma enorme responsabilidade que vamos receber, principalmente no município de Lisboa. De longe, é o município em que esta competência tem mais impacto pelo número de escolas pelo estado em que as escolas estão, mas acho que temos que o fazer, porque verdadeiramente com honestidade, deixar esta competência nas mãos do Estado central e aqui divirjo em particular do PCP, sobre esta matéria. Põe-nos numa posição mais cómoda do ponto de vista político que é que podemos reclamar do Governo, mas coloca os municípios a posição mais frágil e que não terão resposta positiva de nenhum Governo, pronto.

Enquanto vindo para o município de Lisboa, creio que nós vamos dar conta do recado e vamos dar melhor conta do recado e, por isso, da mesma maneira como já o estamos a fazer com a Carris, vamos fazer também com as escolas do 2º e 3º ciclos com as EB 2, 3 e com as secundárias que não se mantiverem na Parque Escolar e conseguiremos dar resposta aos munícipes. É este o sentido da força. É este o sentido da proposta e é o sentido da decisão de assumirmos esta responsabilidade que é, de facto, muito muito exigente e vai ser muito exigente, no nosso caso.

O Sr. Vereador Miguel Gaspar.

O Sr. Vereador Miguel Gaspar:- Muito rapidamente, Sr. Presidente, também há uma outra competência, que está descentralizada que é a questão das vias navegáveis e das vias interiores. Onde, também não é assim tão estranho que metade dos municípios que Portugal não liguem muito a esta competência, também não têm vias navegáveis, mas só dizer o que é que não estamos a delegar. Não está a ser delegada por esta proposta, o serviço de Transtejo e da Soflusa que tem um regime próprio, mas para todos efeitos sublinhar que com esta delegação de competências abre-se a porta ao município para conseguir explorar melhor que o potencial fluvial do rio Tejo. E, portanto, só assinalar isso nesta proposta, porque, apesar de tudo também está cá. Muito obrigado.

O Sr. Presidente:- Muito bem, Srs. Vereadores, vamos então votar. Votaremos primeiro a Proposta do PCP, a alternativa à proposta. Vamos ter que votar tudo em separado não é? É melhor uma a uma, creio que não corremos riscos, de incongruência. Por isso, só temos esta proposta do PCP não é?

Então vamos votar em primeiro lugar a Proposta do PCP, que é proposta 389 A/2019. Srs. Vereadores, vamos votar a Proposta do PCP, relativa à transferência de competências. 389 A/2019, quem vota contra? Quem se abstém? A Proposta foi rejeitada com os votos contra do partido Socialista, do PSD, a abstenção do CDS e o voto a favor do Bloco de Esquerda e PCP.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 389 A/2019, a qual foi rejeitada com a seguinte votação: 3 votos a favor (2PCP e 1BE), 10 votos contra (6PS, 2Ind. e 2PPD/PSD) e 3 abstenções (CDS/PP).

O Sr. Presidente:- Vamos agora votar a Proposta 390/2019, proposta pelo Bloco de Esquerda. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi

rejeitada com os votos a favor do PCP e Bloco, a abstenção do CDS e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 390/2019, a qual foi rejeitada com a seguinte votação: 3 votos a favor (2PCP e 1BE), 10 votos contra (6PS, 2Ind. e 2PPD/PSD) e 3 abstenções (CDS/PP).

O Sr. Presidente:- Vamos agora votar a Proposta 389/2019. Proposta pelo Vice-presidente João Paulo Saraiva. 389/2019. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada com os votos contra do Bloco, do PCP, a abstenção do CDS e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 389/2019, a qual foi aprovada com a seguinte votação: 10 votos a favor (6PS, 2Ind. e 2PPD/PSD), 3 votos contra (2PCP e 1BE) e 3 abstenções (CDS/PP).

O Sr. Presidente:- Foi aliás interessante ver daqui a coincidência das votações entre o Bloco e o PCP nesta... nem sempre acontece... nalgumas matérias. Incluindo as propostas um do outro, que é uma coisa...

Os Srs. Vereadores do CDS/PP e do PCP apresentaram declaração de voto.